



Anais do V Encontro da Rede de Estudos Agrários

"Fases da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro"

16, 17 e 18 de junho de 2015

Alfenas - MG

1

**MODERNIZAÇÃO SELETIVA DA CAFEICULTURA CIENTÍFICA
GLOBALIZADA E EXPROPRIAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO CAMPO: A
SITUAÇÃO DOS PEQUENOS CAFEICULTORES NO MUNICÍPIO DE
ALFENAS/MG**

Henrique Faria dos Santos

Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - Mestrando em Geografia
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
livehenriquefariasantos@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma análise sobre a situação socioeconômica e produtiva de pequenos cafeicultores no município de Alfenas/MG a partir de uma reflexão teórica fundamentada no contexto geral da modernização seletiva do campo brasileiro frente à constituição da atual *agricultura científica globalizada*. A modernização da agricultura e a sua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro, promoveram profundas reestruturações produtivas e a exacerbação da especialização produtiva regional. Em áreas de cultivo de *commodities* agrícolas, a produção se torna predominante moderna e adequada às exigências dos mercados internacionais. No caso do café, em regiões de maior aplicação de novos sistemas técnicos agrícolas e o mercado setorial subordinado à desregulação neoliberal, ao comando de grandes empresas comerciais (*tradings*) e torrefadoras, e vinculadas a uma lógica predominantemente financeira; constitui-se uma *cafeicultura científica globalizada*, como o que ocorre na região do Sul de Minas. No entanto, observa-se que o crescente uso e encarecimento da racionalidade técnica-científica, aliada à desigualdade na distribuição de recursos financeiros, ocasiona dificuldades produtivas e comerciais diversas entre os agentes, sobretudo os menos capitalizados, como é o caso dos pequenos cafeicultores e trabalhadores rurais (temporários e permanentes). As dificuldades produtivas e comerciais de pequenos cafeicultores e as incertezas na permanência dos trabalhadores rurais no campo, dada a intensificação da mecanização agrícola, têm ocasionado um processo de *expropriação* socioeconômica no campo, frutos das "novas" formas capitalistas de acumulação por despossessão/espoliação.

Palavras-chave: modernização seletiva da agricultura, cafeicultura científica globalizada, expropriação socioeconômica, pequenos cafeicultores.

Introdução

A discussão presente neste artigo contempla reflexões teóricas fundamentadas em uma análise realizada durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de

graduação em Geografia Licenciatura em 2011 (FARIA SANTOS, 2011), pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), o qual objetivou caracterizar as condições socioeconômicas e produtivas de pequenos e grandes produtores de café no município de Alfenas – MG. Diante dos problemas gerados com a progressiva modernização seletiva da agricultura brasileira, que atinge desigualmente espaços e sujeitos, cria-se a necessidade de compreender os reflexos socioeconômicos dessa política agrícola no território como um todo, visto que o modelo de produção agrária pautada na crescente commoditização da agricultura tem beneficiado prioritariamente os médios e grandes latifundiários (devido principalmente o seu potencial produtivo), indústrias de insumos mecânicos e químicos, agroindústrias, cooperativas, exportadoras, etc.; e marginalizado os demais agentes produtivos do campo, com menor poder de atuação sobre o território, como é o caso dos camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais, etc.

Atualmente, o processo de expropriação no campo tem ocorrido com grande força em áreas de cultivo de monoculturas, principalmente de produtos voltados para exportação, como é o caso do café. Diante das implicações provocadas pela modernização desigual e seletiva em regiões de *cafeicultura científica globalizada* (FREDERICO, 2014), aonde a racionalidade técnica e financeira contempla agentes mais capitalizados do campo, observa-se uma paulatina oligopolização do território por grupos empresariais (grandes produtores, torrefadoras, armazéns logísticos e exportadores) que desafiam à concorrência com os pequenos cafeicultores, dado o grande poder de regulação daqueles em detrimento destes no circuito espacial produtivo do café.

O processo de expropriação socioeconômica tem acontecido de variadas formas, desde a concentração de recursos financeiros nas mãos de grandes produtores rurais e agroindústrias, à inacessibilidade dos pequenos agricultores às novas tecnologias de produção, até ao mercado competitivo e desfavorável aos pequenos produtores que, com produção de baixa qualidade e em menor escala, não conseguem se inserir eficientemente ao mercado devido às dificuldades de se modernizar tecnicamente, dados os custos crescentes dos insumos agrícolas. Aliado ainda à crescente mecanização do plantio e da colheita, o resultado do contexto são as dificuldades de permanência de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais no campo e a progressiva elevação da concentração fundiária. Aos pequenos agricultores que permanecem no campo, muitos têm optado ou por continuar resistindo ao mercado desfavorável do café

ou substituindo suas lavouras por outros cultivos agrícolas de menor risco (como o milho e feijão) e/ou pastagens para criação de gado.

Uma parte da metodologia adotada na pesquisa de TCC que originou esse artigo consistiu na realização de levantamento e revisão bibliográfica de textos (livros, artigos, dissertações e teses) relacionados a teorias da geografia agrária e regional, ao agronegócio do café, as desigualdades no espaço agrário e as relações campo-cidade; obtenção e sistematização de dados secundários quantitativos a cerca das áreas de lavouras agrícolas, produção de café e estrutura fundiária do município de Alfenas - MG no IBGE; e trabalhos a campo com a finalidade de obter dados e informações primárias sobre as condições socioeconômicas e produtivas de 10 pequenos (proprietários com menos de 100 ha de terras) e 10 grandes produtores (propriedades com mais de 500 ha) de café, mediante visita técnica e realização de entrevistas utilizando questionário semiestruturado.

Da agricultura científica globalizada à acumulação por despossessão/espoliação

O processo de modernização do campo é um evento relativamente recente diante da formação socioespacial brasileira e está intrinsecamente associado com o movimento de expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012) no território. O gradativo desenvolvimento, implantação e uso de novos sistemas técnicos ao longo do tempo têm ocasionado uma profunda reestruturação e integração da produção, do trabalho, do consumo, da economia e dos territórios no sistema capitalista, conformando, portanto, na revolução do espaço geográfico. A maior interação dos fatores técnicos, científicos e tecnológico-informacionais, tanto no campo quanto nas cidades, é responsável por mudanças significativas nos modos de produção, beneficiamento/processamento, distribuição, comercialização e consumo de bens materiais e imateriais.

A partir de 1990, Frederico (2013b) explica que, “com a inserção definitiva da formação socioespacial brasileira no atual período da globalização (SANTOS, 2010), transformações de ordem técnica e político-normativa alteraram o padrão de organização de parcela do campo brasileiro.” Dentre as alterações de ordem normativa, o autor destaca a adoção das políticas neoliberais, que permitiram que “grandes empresas

agroindustriais e *tradings* – articuladas em rede entre si, com empresas complementares e com o Estado (MAZZALI, 2000) -, passassem a exercer gradativamente as antigas funções estatais, como o fornecimento de crédito de custeio, a inovação tecnológica e o armazenamento e transporte” de produtos agrícolas. Este fato significou a contínua modernização do campo acompanhada da monopolização por parte dessas grandes empresas do mercado de insumos, distribuição e produtos agrícolas, tanto de matérias-primas alimentares como os bens de consumo agrícola. Com relação às mudanças de ordem técnica, Frederico (2013b) destaca que:

A emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), que aperfeiçoou e/ou substituiu os sistemas técnicos provenientes do paradigma da Revolução Verde (agrotóxicos, mecanização, irrigação, sementes selecionadas). A nova vaga de modernização introduziu no campo o uso da informática, da microeletrônica, da biotecnologia, da engenharia genética, da agricultura de precisão e da formação e transmissão de bancos de dados, resultando numa crescente demanda externa de racionalidade (FREDERICO, 2013b, p. 221).

Embora o Estado tenha perdido o controle direto da regulação da economia agrícola no Brasil, esse agente continuará a ser responsável pela fiscalização do setor agropecuário, “o financiamento e a construção de infraestruturas (ferrovias, hidrovias, portos), o fornecimento de parte do crédito de investimento e custeio e o desenvolvimento de novos cultivares agrícolas” (FREDERICO, 2013b). Portanto, a manutenção estratégica de parceria entre estado e mercado continua a viabilizar a fluidez corporativa das atividades agropecuárias modernas, tornando o território aberto à livre atuação neoliberal (HARVEY, 2011) e, ao mesmo tempo, vulnerável às contradições que se delineiam com a exclusão de lugares e pessoas à modernização seletiva e às mudanças repentinas do mercado agrícola.

Na dinâmica atual da agropecuária moderna corporativa, observa-se também um forte movimento de financeirização do setor (FREDERICO, 2013a), balizada pela maior proeminência do mercado financeiro na condução das ações de grandes corporações transnacionais sobre o território. As atividades agrícolas, que já passam por um grande processo de oligopolização empresarial (grandes empresas do agronegócio), sobretudo aquelas voltadas à produção, processamento, distribuição e comercialização de *commodities*, agora passam a ser controladas por poderosas *holdings* detentoras de maior parte de ativos financeiros dessas grandes empresas do agronegócio. Questões como o que, aonde, a forma, o quanto e quando produzir, armazenar, distribuir e

comercializar, bem como quem e os preços de mercado; são cada vez mais ditadas pelo mercado financeiro globalizado, que busca novas formas de lucro a partir de investimentos e especulação financeira realizada por grandes empresas, bancos e fundos institucionais.

Essas recentes mudanças consolidam uma nova geografia do campo, no qual várias regiões do território nacional passam por profunda reestruturação e especialização produtiva e se inserem na dinâmica do mercado internacional, constituindo áreas de *agricultura científica globalizada* (SANTOS, 2010). Para Santos (2010), esse tipo de agricultura exige uma enorme demanda externa de racionalidade, como o uso de bens científicos (sementes, insumos químicos e mecânicos) e a padronização dos procedimentos (preparação do terreno, plantio, tratos culturais, colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização), tornando produtores e os próprios lugares subordinados à parâmetros internacionais de qualidade e custos. Para Castillo (2008), a crescente exigência de ciência, tecnologia, informação e capital para a maior eficiência produtiva tem resultado numa divisão territorial do trabalho caracterizada pelo controle técnico local e por um controle político (regulação) distante da produção.

É notável que no decorrer dos anos, outros setores de atividades, além da indústria e da logística, foram sendo cada vez mais integradas ao “trabalho rural”, como o comercial (negociação dos produtos, venda, marketing e propaganda), o financeiro (capital bancário para financiar despesas com produção, expansão e modernização das atividades agrícolas, cotação das *commodities* em bolsa de valores, compra e venda de ações) e o científico-informacional (novas pesquisas de aperfeiçoamento de técnicas e equipamentos de produção, beneficiamento e comércio). A articulação desses setores demanda, portanto, da constituição de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2010) nos afazeres do campo, pois o trabalho se torna cada vez mais científico (utilização de novas técnicas criadas por meio de pesquisas científicas), e junto com o território, se torna também informatizado (o que, como, quanto e quando produzir), por meio do comando político, econômico e financeiro internacional.

Tomando o conjunto dessas transformações do campo, podemos inscrever uma totalidade híbrida de situações no contexto rural brasileiro, no qual áreas altamente influenciadas pela informação (mercado e ciência) e pelas finanças estão inseridas aos aspectos do meio técnico-científico-informacional, aonde se estabelece uma agricultura

científica globalizada, enquanto que outras “esperam”, “resistem” ou encontram-se em “transição” ao processo de transformação desse novo paradigma produtivo, que moderniza as atividades econômicas, mas ao mesmo tempo acirra às desigualdades socioespaciais e regionais. Considerando esse novo cenário do campo moderno brasileiro, Santos (2010) menciona:

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável (SANTOS, 2010, p. 88-89).

Mas embora reine a modernidade das técnicas, este mesmo campo tecnificado gera várias consequências negativas que se expressam na questão social e ambiental. A intensa mecanização das atividades tem substituído a mão de obra humana nas simples etapas do processo produtivo, como na plantação, adubação, manutenção das mudas, colheitas, etc., gerando desemprego no campo e aumentando o êxodo rural. A territorialização do capital monopolista também promove a exploração e precarização do trabalhador rural em lavouras de monocultura agrícola, como a cana-de-açúcar e o café. Além disso, as grandes propriedades rurais que se modernizam pela força do capital competem com as pequenas propriedades camponesas/familiares. Estes, descapitalizados, em condições produtivas precárias e pressionadas pela especulação fundiária, acabam vendendo ou arrendando suas terras aos latifundiários e migrando para a cidade.

Assim, a implantação da técnica, da ciência e da informação no campo ocorre de forma seletiva, beneficiando espaços e agentes que possuem capital para custear as inovações técnicas e promovendo a exclusão produtiva e comercial de desprivilegiados, como milhares de trabalhadores rurais, camponeses e pequenos produtores, conforme comenta Hespanhol:

O grande volume de recursos públicos alocados no fomento à modernização da agropecuária, ao mesmo tempo em que propiciou alterações de sua base técnica, provocou a ampliação do nível de concentração fundiária, a liberação de mão de obra do campo e a intensificação do êxodo rural, a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais no campo e na cidade (HESPANHOL, 2007, p. 190).

No aspecto ambiental aparecem outros problemas: as inovações físico-químicas e biológicas, bem como as novas técnicas de preparo do solo e irrigação, prometem melhorar a qualidade e diminuir a perda agrícola, mas o seu consumo em massa provoca, por outro lado, uma série de problemas, como a poluição e contaminação do solo, da atmosfera e dos recursos hídricos, lixiviação e erosão do solo, alteração e redução do patrimônio genético/biológico das plantas por meio dos transgênicos, etc.

Nesse aspecto, nos parece que a busca incessante pela competitividade e o atendimento aos interesses das grandes corporações, geralmente com o apoio do Estado, tem gerado conflitos e vulnerabilidades territoriais diversas. Para Harvey (2013), a mercantilização, financeirização e privatização do território favorecem as formas de *acumulação por despossessão/espoliação*. Nesse modelo, onde se inserem várias atividades intensamente capitalizadas que se valem de meios extra-econômicos em suas práticas de acumulação, como o grande agronegócio, ocorrem diversos processos de espoliação, como expropriação de terras, alienação e marginalização de camponeses e/ou produtores familiares, superexploração do trabalho, supressão de formas alternativas de produção e consumo, monetização e a taxação da terra, subordinação do sistema de crédito, oligopolização dos setores produtivos e comerciais, privatização de patrimônios públicos e de recursos naturais e destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água, florestas) (HARVEY, 2013). Para Brandão (2010), esses processos estão muito presentes no Brasil, favorecido sobretudo pelo legado histórico colonial, escravista e de exploração mercantil:

As estruturas socioeconômicas de exploração e marginalização continuaram a se fortalecer, a superexploração do trabalho e a destruição ambiental persistiram e se sofisticaram. A compulsão das elites para estocar, simultaneamente, ativos de raiz e ativos financeiros, para espoliar, explorar e depredar os recursos territoriais, ao mesmo tempo que busca no âmbito do Estado garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial, se exacerba (BRANDÃO, 2010, p. 63).

José de Souza Martins (1991) contribui denunciando que o campo brasileiro passa por um processo combinado de *expropriação* e *exploração*, liderado sobretudo pelas grandes empresas capitalistas, que criam e recriam mecanismos para subjugar o trabalho de camponeses e depreciar o valor do trabalho, além de controlar a produção e fomentar a especulação fundiária. Primeiramente, os agentes do capital promovem a exploração dos pequenos produtores rurais (por meio da concorrência e subordinação a contratos compulsórios de produção agrícola) e demais trabalhadores (precarização das condições

de trabalho), para depois seguir com o processo de expropriação desses, por meio da expulsão direta ou indireta, tornando a explorá-los, seja no campo ou na cidade, por meio da proletarianização (MARTINS, 1991).

Modernização seletiva da cafeicultura científica globalizada e expropriação socioeconômica no campo

Considerando o café como importante *commodity* agrícola, observa-se que nos últimos anos a sua produção vem sendo feita de modo cada vez mais moderno e adequada às exigências dos mercados internacionais. Os tipos e cultivos de maior qualidade possuem maior valor agregado e paulatinamente é produzido por um grupo privilegiado de agentes: grandes produtores e agroindústrias processadoras. A busca por fatores rentáveis e da competitividade se tornam peças-chaves para as estratégias corporativas dessas grandes empresas, que passam a ter um forte controle técnico e normativo sobre a produção, logística e comércio do produto e dispõem de grande conhecimento científico e remessas de capital para compor as inovações no setor cafeeiro. Em regiões do país aonde essa concepção produtiva é possível se instala então uma *cafeicultura científica globalizada* (FREDERICO, 2014).

A *cafeicultura científica globalizada*, segundo Frederico (2012; 2014) é “a emergência de uma cafeicultura subordinada a parâmetros produtivos mundiais, e que recebe a influência das mesmas leis que regem os demais aspectos da economia globalizada”. Segundo o autor, esse tipo de cafeicultura se enquadra fundamentalmente nos princípios do paradigma da *agricultura científica globalizada* (SANTOS, 2010) e “se define pela criação e difusão de novos sistemas técnicos agrícolas e também pela adoção de políticas de cunho neoliberal, com a desregulação do comércio internacional, a diminuição do papel regulador dos Estados produtores e a abertura dos mercados nacionais às grandes empresas comerciais (tradings) e torrefadoras” (FREDERICO, 2012). Prevalece, nesse sentido, uma lógica neoliberal (desregulação e aprofundamento da oligopolização do mercado), uma lógica financeira (controle de preço, investimento e especulação de ativos financeiros), e uma lógica informacional (maior regulação e interação entre os agentes corporativos e financeiros) (FREDERICO, 2014).

As grandes transformações ocorridas no campo brasileiro inerente a sua modernização e a sua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro, promoveram mudanças profundas nas formas de se produzir e nas relações de trabalho. Este fato está aliado aos resultados do aumento das exigências do mercado quanto à qualidade e a rentabilidade dos produtos e dos modos de produção, o que ocasionou uma incapacidade de muitos agentes e produtores em se aderirem ao novo padrão agrário de se produzir. As modernas técnicas de produção e as novas formas de organização empresarial no campo se tornaram fatores inacessíveis para muitos grupos sociais vulneráveis e fadados ao atraso tecnológico. Ao mesmo tempo, muitos produtores e trabalhadores foram excluídos dessa modernidade, em decorrência da falta de recursos e capitais necessários para se aderirem ao “novo padrão agrário”.

Para Müller (1989), existem muitos interesses dominantes de empresas e grupos econômicos ligados a subsetores industriais que se expandem ou são atraídos a se instalarem no país devido à expansão – afetiva ou potencial – dos mercados agrícolas, como de tratores agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos, e rações e alimentos para animais. Além desses interesses, há aqueles das agroindústrias, que se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de financiamento de matérias primas. E há também os interesses de médios e grandes produtores do próprio setor agrícola que, em termos de empresas e grupos econômicos, praticamente surgem e se multiplicam no processo mesmo de integração indústria e agricultura.

Neste contexto, a presença de grandes empresas e/ou corporações de segmentos agrícolas participam ativamente na transformação da agricultura brasileira, na forma em defender seus interesses através da olipolização ou monopolização do mercado. Isto reflete diretamente nos preços dos produtos de consumo agrícolas (como os insumos, maquinários e implementos), influenciando diretamente nos custos altos de produção e inviabilizando as atividades de produtores que não possuem rendimento ou produção em escala suficiente para cobrir as despesas e manter as suas lavouras. Os que não se modernizam não obtêm um produto de qualidade exigida pelo mercado e conseqüentemente, vendem a produção a um preço que lhe proporciona pouca ou nenhuma lucratividade. A partir disto, esses não conseguem realizar nem se quer

investimentos de melhorias em sua propriedade, entrando em falência e se entregando aos ditames do mercado fundiário.

No caso da cafeicultura, as desigualdades são marcantes entre os produtores quando analisamos a realidade sobre as perspectivas de custos de produção e comercialização do café, ou seja, sobre os fatores da competitividade, explicitada por Castillo (2008). A modernização agrícola presenciada desde meados de 1970 e a forte presença de um mercado empresarial bastante concentrado e monopolizado, provocou um grande pressionamento dos produtores agrícolas por exigências de qualidade, produtividade e rentabilidade, o que influenciou na introdução das novas tecnologias de produção. Mas essas novas técnicas passaram a representar custos cada vez maiores de produção. Isto se soma ainda com o monopólio dos preços desses produtos, que passaram a ser controlados no mercado por um número pequeno de empresas corporativas de cunho transnacional.

Sobre isto, Rollo (2009) nos coloca que depois da desregulamentação estatal do mercado do café (no que concerne a tarifas, impostos, cotas, financiamentos, etc.) a partir dos anos de 1990, as grandes empresas aqui instaladas (tanto as de capital internacional, quanto as de capital nacional), que já gozavam de certo poder político e econômico, passam a ter muito mais poder.

Impondo suas lógicas a outras empresas (fornecedoras, compradoras ou distribuidoras) e influenciando as políticas de Estado, essas grandes empresas concentram cada vez mais poder econômico e político, tornando o território nacional eficiente às suas necessidades de maior competitividade em relação ao mercado nacional e internacional (ROLLO, 2009, p.56).

Com ganho de barganha e poder político-econômico, essas grandes empresas passam então a determinar o controle dos preços de seus produtos, repassando para outras cadeias de produção e comercialização, valores sobrelevados, em defesa de seus altos lucros. Além disso, com a maior presença autônoma do setor financeiro sobre o mercado agrícola, os preços do café ficam vulneráveis as oscilações nas Bolsas de valores internacionais, muitas vezes de forma desfavoráveis a muitos produtores, cuja cotação baixa reduz a lucratividade e a capacidade de produção de muitos agricultores, sobretudo os pequenos.

A exemplo do funcionamento do mercado de consumo agrícola temos os insumos que, como inovações técnicas e por serem exigentes de alto grau de ciência, tecnologia e

informação, são oferecidas na maior parte das vezes por grandes corporações mundiais – muitas das quais detêm as patentes dessas inovações. Segundo Rollo (2009, p. 49), “82% do total das vendas de fertilizantes formulados no Brasil são realizados por apenas 4 empresas: Grupo Bunge, Yara, Mosaic e Heringer” fato que concede a esses grupos a capacidade de influir tanto nos preços da matéria-prima para fabricação de fertilizantes como os preços finais desse mercado. Já o mercado de defensivos agrícolas, 52,5% das vendas são controlados por apenas 4 empresas: Syngenta, Bayer, Basf e Monsanto.

No caso dos maquinários e implementos agrícolas destinadas a cafeicultura, os dados do autor nos mostram que as maiores corporações que controlam a produção, as vendas internas e exportações de tratores e colheitadeiras fabricados no Brasil são a AGCO (no qual fazem parte as marcas Massey Ferguson, Valtra, AGCO Allis, Challenger), CNH Global N. V. (que congregam as marcas CNH Case e CNH New Holland) e a John Deere. Já no seguimento de máquinas voltadas ao processo de pós-colheita do café (máquinas de recebimento, lavagem, despulpamento, secagem, armazenagem e benefício de café), lideram as nacionais Pinhalense S.A. Máquinas Agrícolas (equipam oito em cada dez exportadores de café do país) e D’Andréa Agrimport (ROLLO, 2009).

Sobre esta nova realidade do campo, Caume (2009) nos contribui argumentando que no Brasil o agronegócio, por opção política, privilegiou a produção de grande escala, a grande propriedade e a agricultura capitalista, onde, ao longo de nossa história, grande parte de nosso campesinato foi marginalizado do acesso à propriedade da terra e às possibilidades de modernização dos processos de produção. Segundo o autor (2009):

Números delineiam um perfil de desenvolvimento do agronegócio altamente excludente do ponto de vista social, na medida em que grande parte da produção agropecuária é de responsabilidade de um número muito pequeno de estabelecimentos; em contrapartida, um número expressivo de agricultores familiares, incapazes de se inserir nas cadeias de integração agroindustrial e com baixa participação na produção agropecuária do país, se reproduzem em condições precárias (CAUME, 2009, p. 39-40).

Além disso, os trabalhadores que não possuem um nível maior de instrução ou escolaridade para se adaptar as novas ferramentas de trabalho, agora dotadas de maior tecnologia e conteúdo informacional, são dispensados e substituídos por outros mais qualificados, ficando estes desempregados e obrigando a migrar para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho e renda. Os que conseguem permanecer, em

pouco tempo vão sendo substituídos pelo trabalho das máquinas do campo moderno, gerando assim, uma massa de trabalhadores rurais desempregados que não tendo alternativas, acabam escolhendo as cidades para se refugiarem e buscar a sobrevivência em família, participando assim do fluxo do êxodo rural (MARTINS, 1991).

Nesta nova dinâmica do espaço agrário brasileiro, percebe-se desde muito tempo que sempre existiu a grande desigualdade social e econômica presente entre os que desenvolvem na terra a sua atividade de renda. Tal quadro tende a se repetir e se intensificar cada vez mais nos dias de hoje, com o fenômeno da modernização do campo, encampada pelas novas tecnologias de produção e por um mercado agropecuário cada vez mais exigente e competitivo, onde os pequenos produtores descapitalizados e os trabalhadores desqualificados não possuem apoio nem condições adequadas para se manter neste espaço.

Cafeicultura moderna e as dificuldades produtivas dos pequenos produtores de café no município de Alfenas – MG

Alfenas/MG está entre os principais municípios produtores de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (maior região produtora de café do país, participando com cerca de 25% da produção nacional), se posicionando como o 5º maior produtor na região e o 12º maior produtor no estado de Minas Gerais, tendo produzido em 2013, 20.206 toneladas de café tipo arábica, o equivalente à aproximadamente 335.419 sacas de 60 kg. Conforme se observa nos dados da tabela 1, a produção cafeeira vem aumentando significativamente no município, sendo que em 2005 a produção total foi de apenas 7.590 toneladas. O café também é o principal cultivo agrícola do município, sendo que do total de lavouras agrícolas permanentes e temporárias (25.906 ha), 10.205 (40%) correspondem a lavouras de café em 2013, seguida pelo cultivo de milho, com uma área de 7.000 ha de área colhida, pelo feijão, com 4.800 ha e pela cana-de-açúcar, com 2.208 ha (IBGE, 2015).

Tabela 1 – Alfenas: evolução da quantidade produzida e da área colhida de café, 2005-2013

| Anos selecionados | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 |
|-----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Quantidade Produzida (ton.) | 7.590 | 10.820 | 16.380 | 15.049 | 20.206 |
| Área colhida (ha) | 11.000 | 12.700 | 10.000 | 10.905 | 10.205 |

Tal potencial se explica em parte a partir da modernização das lavouras de café na região, no qual muitos produtores, em busca de aumentar sua produtividade e rentabilidade agrícola e continuarem competitivos no mercado, passaram a utilizar mais intensamente inovações tecnológicas de produção ao longo dos anos, como insumos, implementos e maquinários agrícolas, além de sofisticadas formas de cultivo. Este processo seguiu a tendência nacional, de acordo com o que foi comentado anteriormente, no qual os espaços de produção agrícola passaram por uma intensa reestruturação em sua base técnica produtiva.

Porém, essa modernização do campo a partir da inclusão das inovações tecnológicas de produção levou a várias consequências socioespaciais que se materializaram tanto no campo quanto na cidade de Alfenas/MG. Ao lado do progresso econômico da cafeicultura moderna, existem também problemas sociais que são gerados pela marginalização e exclusão de grupos sociais com a territorialização da modernização agrícola. Isto ocorre por que a modernização (por meio do uso intensivo de insumos, implementos e maquinários agrícolas) torna a agricultura cada vez mais cara, pois à medida que se industrializa, vai substituindo os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não agrícolas (TEIXEIRA, 2005).

A realidade entre os cafeicultores de Alfenas/MG não é diferente, cuja situação tem se reproduzido ao longo dos anos e até se intensificado nos dias atuais, pois a agricultura se torna cada vez mais industrializada e necessita cada vez mais de capital para a sua modernização competitiva. A falta de planejamento e de estímulos governamentais para melhorar a capacidade produtiva e comercial destes produtores tem contribuído para acentuar de forma drástica as desigualdades sociais no campo. Sobre isso, concordamos com Hespanhol (2007, p. 197) quando diz que “a baixa margem de lucro por unidade produzida e o elevado custo das novas tecnologias têm levado ao crescimento da escala de produção e inviabilização da exploração de *commodities* em pequenas áreas.”

As dificuldades dos pequenos produtores de café puderam ser analisados a partir de uma investigação realizada em Faria Santos (2011), no qual tinha por finalidade conhecer melhor as diferenças das condições socioeconômicas e das capacidades produtivas e comerciais de pequenos e grandes cafeicultores, a partir de visitas técnicas e

entrevistas à trabalhadores e gestores das fazendas (ou proprietários). Com a sistematização dos dados e informações, os resultados mostram que a situação dos grandes cafeicultores nos quesitos analisados são muito melhores do que a dos pequenos cafeicultores, conforme se pode observar na tabela 2.

Tabela 2 - Perfil das condições socioeconômicas e produtivas de pequenos e grandes cafeicultores entrevistados.

| Grandes Cafeicultores | Pequenos Cafeicultores |
|--|--|
| Produção em larga escala | Produção em pequena escala |
| Mais facilidade e maior poder de aquisição de capitais para financiar os custos através de linhas de crédito | Menos facilidade e menos poder de aquisição de capitais para financiar os custos através de linhas de crédito |
| Maior poder de compra de insumos e implementos agrícolas | Menor poder de compra de insumos e implementos agrícolas |
| Maiores investimentos em tratos culturais, com processos produtivos altamente mecanizados (mais de 70% da área colhida é feita por máquinas) | Menores investimentos em tratos culturais, com processos produtivos de baixa mecanização e utilização de mão-de-obra familiar |
| Maior rentabilidade e produtividade | Menor rentabilidade e produtividade |
| Obtenção de café de maior qualidade | Obtenção de café de menor qualidade |
| Maior parte do café destinado à exportação | Maior parte do café destinado ao mercado interno local e regional devido à baixa qualidade |
| Maior variedade e quantidade de implementos e/ou maquinários agrícolas destinados à cafeicultura | Menor variedade e quantidade de implementos e/ou maquinários agrícolas destinados à cafeicultura |
| Possuem ou alugam veículos para transportar a produção e a mão-de-obra contratada | Na maioria das vezes, o custo do transporte é descontado na venda imediata do café |
| A maioria possui os equipamentos necessários para realizar o beneficiamento da produção | Pagam para uma cooperativa ou terceiros para realizarem o beneficiamento |
| A maioria paga pelos custos de armazenamento ou possuem barracão próprio, à espera por melhores preços no mercado | A maioria não armazena, vende o café imediatamente, por qualquer preço. |
| Conseguem obter bons lucros com a venda do café a preços de mercado voltados principalmente para exportação | Não conseguem obter bons lucros devido ao baixo rendimento de produção, baixa qualidade e baixo preço de comercialização |
| Com o lucro obtido, conseguem realizar investimentos na modernização dos equipamentos e processos de produção | Com o lucro obtido, quase não investem em modernização, sendo na maioria das vezes gasto inteiramente para pagar as despesas da produção |

Fonte: Trabalho de campo (outubro de 2011).

Conforme se observa no gráfico da figura 1, não são todos os cafeicultores que possui capital e capacidade produtiva suficiente para bancar as despesas com a aquisição das novas técnicas e equipamentos de produção. Os fatores que levam a essa incapacidade são: o encarecimento dos insumos, implementos e maquinários agrícolas por intermédio de interesses empresariais (mercado oligopolizado) e o insuficiente rendimento da produção para cobrir as despesas elevadas com produtos de consumo agrícola. A situação se agrava devido a mais dois motivos: o lucro mínimo obtido com a venda do café a preços baixos, determinado muitas vezes pelo mercado financeiro (bolsa de valores); e as dificuldades desses cafeicultores em ingressar e permanecer em programas de financiamento (devido à burocracia) e obter capital para bancar as despesas destinadas a investimentos em modernização e custeio da produção.

Os produtores incapazes de adquirir produtos de consumo agrícola, por serem supervalorizados, não obtêm um produto de qualidade exigido pelo mercado¹ e conseqüentemente, vendem a produção a um preço que lhe proporciona pouca ou nenhuma lucratividade. A partir disto, esses não conseguem realizar nem se quer investimentos de melhorias em sua propriedade, entrando em falência e se entregando aos ditames do mercado fundiário. O gráfico da figura 2 revela que as principais dificuldades encontradas pelos pequenos cafeicultores é o preço baixo da cotação do café, a alta exigência do mercado pela qualidade do produto e os alevados custos de insumos químicos e mecânicos.

¹ A qualidade do café é classificada de acordo com algumas características físico-químicas que agregam valor ao produto. Um exemplo de classificação é aquela utilizada pela Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda.) no momento de comprar o café dos produtores, o qual trabalha com cerca de 35 tipos de café por qualidade, que podem ser resumidos em 14 grupos, em ordem decrescente de qualidade da bebida que originam: RA1 (o café mais fino – padrão exportação), RA2, RA3, RA4, RA5, RA6, RA8, RA10, RA11, RA12, RA44, RA CONI (variedade Conilon), RA ESC (escolha) e RA PALHA (Oliveira, 1997 citado por Rollo, 2009).

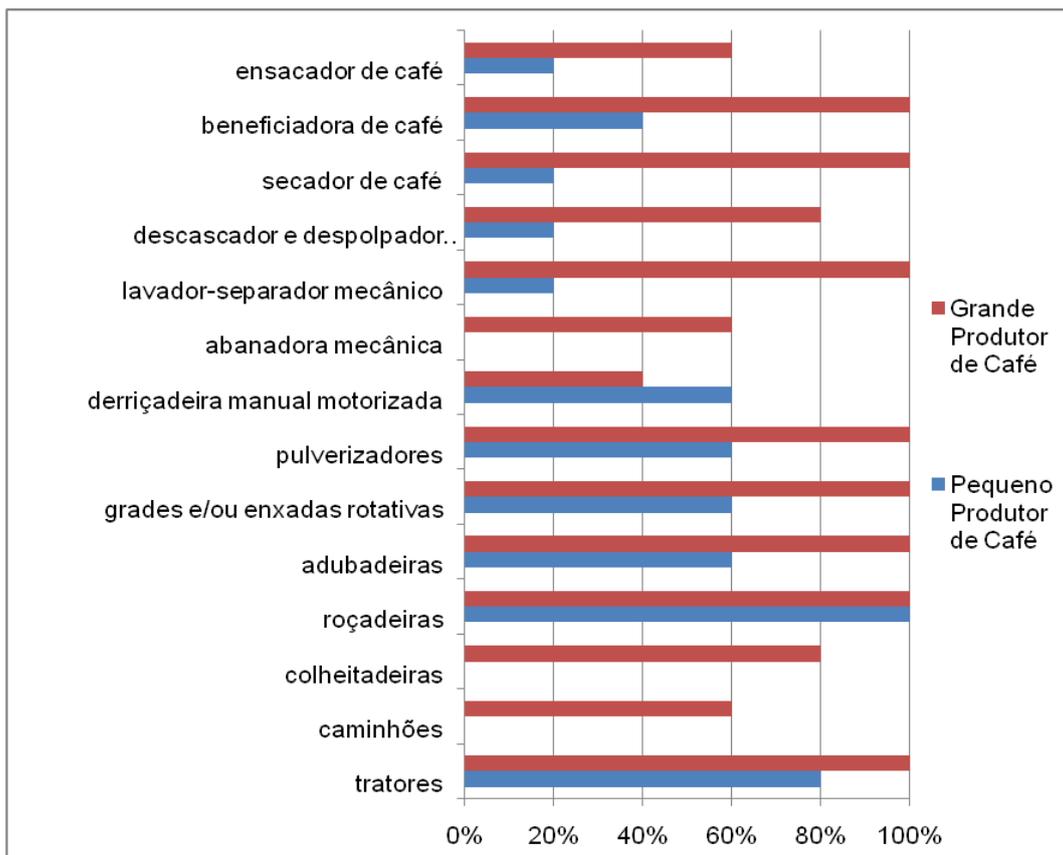


Figura 1 - Percentual de produtores entrevistados que possuem maquinários e/ou implementos agrícolas utilizadas na cafeicultura
Fonte: Trabalho de campo (outubro de 2011).

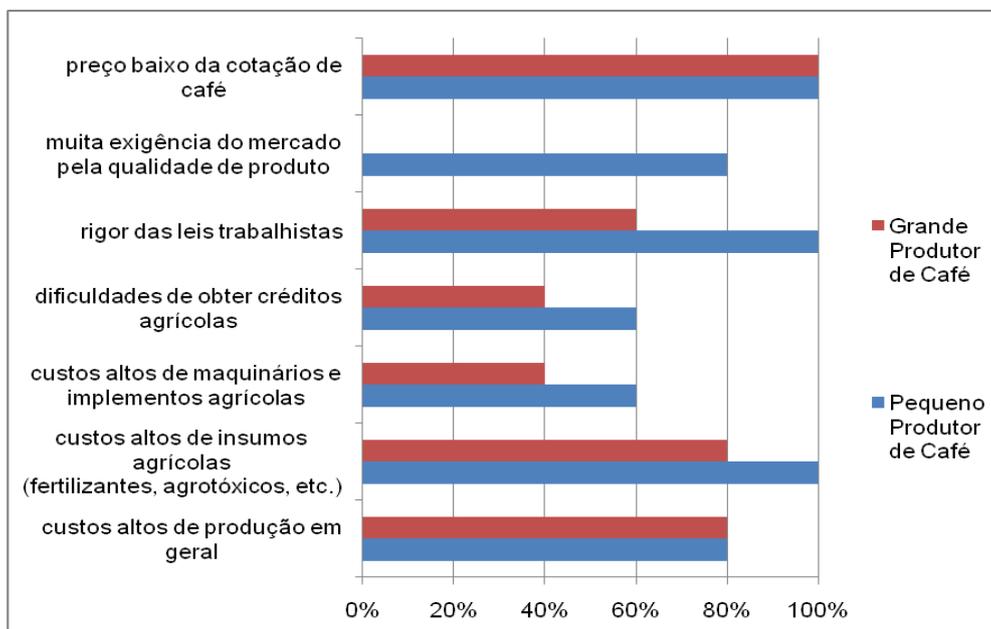


Figura 2 - Principais dificuldades de manutenção de lavoura e/ou negócio do café
Fonte: Trabalho de campo (outubro de 2011).

Portanto, além de contarem com uma pequena área de plantação (pouco ganho em escala de produção) e da reduzida produtividade e qualidade (pela falta de insumos e implementos agrícolas, ocasionada pela incapacidade de financiar suficientemente seus investimentos), os pequenos cafeicultores são obrigados a vender o café a preços baixos no mercado e obter lucros mínimos, com o desconto dos custos crescentes de produção (agrotóxicos, fertilizantes, colheita, transporte, etc.) na conta final. Tal situação tem impedido de tornar próspera a cafeicultura para os pequenos agricultores da região.

Assim, uma das consequências socioespaciais promovidas pela inviabilidade produtiva e comercial dos pequenos cafeicultores é a dominação das médias e grandes propriedades rurais na produção de café. A partir de dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006, é possível perceber que há grande concentração de terras entre os grandes cafeicultores no município de Alfenas/MG. 81,2% das áreas de produção de lavoura permanente (99% constituído pelo café) são representadas por médias e grandes propriedades, ou seja, por estabelecimentos rurais com acima de 100 hectares, sendo que constituem somente 13,4% do total do número de unidades no município. Já entre as pequenas propriedades (abaixo de 100 hectares), o número se inverte, constituindo 86,6% do número de estabelecimentos com lavouras permanentes e ocupando apenas 18,8% do total da área desse tipo de lavoura, conforme pode ser observado na tabela 03 a seguir.

Tabela 03 - Estrutura fundiária por número e área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários, total e com lavouras permanentes, por grupos de área total, no município de Alfenas em 2006.

| Grupos de área total* | Total dos estabelecimentos | | | | Estabelecimentos com lavouras permanentes | | | |
|-----------------------|----------------------------|--------------|---------------|--------------|---|--------------|---------------|--------------|
| | Número | % | Área (ha) | % | Número | % | Área (ha) | % |
| Menos de 20 | 694 | 63,3 | 4.313 | 7,8 | 311 | 62,4 | 725 | 4,8 |
| 20 a menos de 100 | 296 | 27,0 | 14.121 | 25,7 | 120 | 24,2 | 2.134 | 14,0 |
| 100 a menos de 500 | 94 | 8,5 | 17.338 | 31,6 | 57 | 11,4 | 4.518 | 29,5 |
| 500 e mais | 13 | 1,2 | 19.102 | 34,9 | 10 | 2,0 | 7.877 | 51,7 |
| Total | 1097 | 100,0 | 54.874 | 100,0 | 498 | 100,0 | 15.254 | 100,0 |

* Os grupos de área foram adaptados de acordo com o que é considerado pelo Censo Agropecuário do IBGE 2006 com o valor do módulo fiscal do município de Alfenas (26 hectares por módulo, conforme estabelecido no decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980) obedecendo à classificação descrita na Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que estipula os seguintes tamanhos de propriedades rurais por módulos fiscais: minifúndio (menos de 1 módulo – 26 ha), pequena (1 a 4 módulos – 26 a 104 ha), média (4 a 15 módulos – 104 a 390 ha) e grande (15 a mais módulos – 390 ha a mais).

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006. **Organização:** SANTOS, H. F.

A mecanização agrícola, encontrada principalmente nas grandes fazendas de café, é responsável também por problemas sociais no campo, pois tende a substituir cada vez mais a força de trabalho humana (principalmente nas atividades de colheita) e gerar uma massa de trabalhadores rurais desempregados. Ao lado dos pequenos produtores falidos, esses trabalhadores, sem alternativas de trabalho e renda, migram para a cidade de Alfenas/MG ou para outros municípios da região em busca de novas oportunidades, ocupando na maioria das vezes as áreas periféricas das cidades.

Considerações finais

A especialização produtiva regional no período atual da globalização tem constituído várias regiões do país com agricultura científica globalizada, de produção moderna e adaptada aos parâmetros internacionais de qualidade e custos. A região do Sul de Minas é um dos espaços mais competitivos do país na produção de café, cuja intensa racionalidade técnica e normativa convém denominar a consolidação de uma *agricultura científica globalizada*. Nesta dinâmica territorial de modernização agrária, se constituiu também áreas funcionais à produção e logística cafeeira, como o município de Alfenas/MG, palco de vários impactos causados pelo agronegócio globalizado frente à modernização do campo e as novas relações campo-cidade. Tal realidade tem proporcionado não só a refuncionalização urbana para atender as demandas do campo, mas também a intensificação das desigualdades socioespaciais inerentes a expropriação de grupos sociais no meio rural.

Tendo em vista que em nosso país o progresso da agricultura moderna convive com o desenvolvimento precário da agricultura familiar e com a esmagadora concentração de terras, se torna importante abordar os aspectos sociais em escalas locais a fim de vislumbrar de maneira mais crítica a forma como a agricultura tecnificada vem emergindo como atividade fundamental para a economia. Nesta nova dinâmica do espaço agrário brasileiro, percebe-se desde muito tempo que sempre existiu uma grande desigualdade social e econômica entre os fazem da terra sua fonte de renda. Tal quadro tende a se intensificar cada vez mais nos dias de hoje, com o fenômeno da modernização do campo, encampada pelas novas tecnologias de produção e por um mercado agropecuário cada vez mais monopolizado, capitalizado, exigente e competitivo, onde os

pequenos produtores descapitalizados e os trabalhadores desqualificados não possuem apoio nem condições adequadas para se manter neste espaço.

Portanto, podemos afirmar que a *cafeicultura científica globalizada* não se configura apenas em crescimento econômico internacionalizado, mas se desenvolve a custa de contradições e desigualdades socioeconômicas e espaciais diversas, articulada a uma lógica capitalista de produção agrícola fundada ao mesmo tempo na marginalização de agentes e espaços que suficientemente não atendem as exigências do mercado e, ao mesmo tempo, não reproduzem prosperidade no sistema de produção-consumo globalizado.

Referências

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In. ALMEIDA, A. W. B. de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-70.

CASTILLO, R. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: M. P. de Oliveira et al. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Anpege / Clacso / Faperj / Lamparina. 2008.

CAUME, D. J. **Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009.

FARIA SANTOS, H. **A outra face do agronegócio globalizado e as desigualdades socioespaciais: estudo de caso com a cafeicultura moderna no município de Alfenas – MG**. 2011. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Licenciatura) – Instituto Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas/MG, 2011.

FREderico, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo/SP, vol. 18, n. 1, p. 55-70, 2014.

FREderico, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Confins**. Paris, vol. 17, p. 1 a 17, 2013a.

FREderico, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas do Cerrado. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo/SP, n. 33, p. 218-232, 2013b.

FREDERICO, S. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, vol. 2, n. 2, p. 279-301, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2º ed. São Paulo: edições Loyola, 2011.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 179-198.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

ROLLO, M. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período Técnico-científico-informacional: O circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no sul de minas**. 129f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2009.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da AGB**. Três Lagoas/MS, vol. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, set. 2005.